

DESVENDANDO O CURRÍCULO: UMA JORNADA POR RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE NA INFÂNCIA

Juliana Souza de Freitas ¹
Pedro Paulo Souza Rios²

ASPECTOS INICIAIS E DISCUSSÃO

O presente trabalho emergente de uma pesquisa em andamento³ aborda a temática de gênero e sexualidade no currículo da Educação Infantil, partindo da perspectiva de que para pensar a infância a partir da educação é necessário ter uma base teórica que questiona a concepção tradicional e eurocêntrica em torno da infância. Historicamente a criança é representada como ser marginalizada, que está em constante moldação do adulto, desprezada, sem o direito de vivenciar suas infâncias e sua autonomia. Essa construção acerca da infância é arraigada pela própria etimologia da palavra, qual possui origem latina *infantia*, que significa "incapacidade de fala".

Esse olhar social errôneo sobre as crianças e suas infâncias, vistas como seres em moldação e sem subjetividade própria perpassa pelas discussões interseccionais de raça, gênero e sexualidade, uma vez que essas discussões de forma crítica, em sua maioria são isentas do currículo escolar, com justificativas de que as crianças não compreendem tais discussões. Contudo, essa justifica adentra no campo do não comprometimento docente para com essas temáticas no qual está implicado diretamente com seus posicionamento político e religioso, e no discurso da criança como um ser puro, zerado que está passível a todo ensinamento em uma condição, na qual Paulo Freire (2017), conceitua a ideia de educação bancária, esse ideário da criança como receptora é defendida por docentes que não apresentam discussões críticas em torno de temáticas da diversidade.

Na educação formal esse viés começa a ser rompido com o surgimento da perspectiva epistemológica da Sociologia da Infância nos anos 1980, especialmente com os trabalhos de

¹Mestranda do Curso de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
julisouza2002@gmail.com

² Orientador Professor Doutor credenciado ao Programa de Pós Graduação em Educação/PPGE no Departamento de Educação/DEDU na Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
ppsrios@uefs.br

³Projeto de pesquisa em andamento, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES. Mestrado em Educação, pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana- PPGE/UEFS.

Prout e James (1990), em que a criança passou a ser vista como um sujeito e ator social, com direito à participação na produção de conhecimento sobre sua própria vida. Essa abordagem rompe com a perspectiva adultocêntrica que historicamente definiu a criança como um ser passivo e incompleto. Segundo Abramowicz e Oliveira (2010), nessa epistemologia a criança é vista como um ator social que constrói sua própria infância e cultura, e não apenas como um objeto passivo no processo de socialização.

Adentrando no campo do currículo no Brasil, há um constante tensionado entre o discurso da neutralidade pedagógica e o movimento contrário permeado por discussões críticas as quais em sua maioria emerge dos movimentos sociais, o embate constante para a forma escancarada de se discutir a realidade histórica de exclusão e silenciamento de saberes, corpos e experiências dissidente.

Ao discutir sobre currículo é necessário pensá-lo como prática cultural e dispositivo de poder, de acordo Guacira Lopes Louro (1997) o currículo não é uma seleção neutra de conteúdos, ele é locus das diferenças de gênero, sexualidade, etnia e classe, simultaneamente constituído por essas distinções e produtor delas. O currículo, portanto, não apenas reflete, mas também produz as diferenças, essa produção se dá por meio de dispositivos que classificam, normatizam e hierarquizam corpos e identidades.

Nesse sentido, a escola atua como um agente disciplinador dos corpos infantis, conforme apontado por Foucault (1987). O "poder disciplinar" atua minuciosamente, fabricando sujeitos que se conformem às expectativas sociais de feminilidade e masculinidade. Isso se expressa, por exemplo, na forma como as professoras e professores organizam as turmas, dividem os brinquedos, interpretam comportamentos e aplicam sanções.

O currículo escolar, longe de ser um espaço neutro, é um campo de disputas políticas e um dispositivo de poder que produz e reproduz normas sociais, incluindo as de gênero, sexualidade e etnia. Louro (1997) aponta que o currículo escolar, por meio de práticas cotidianas aparentemente neutras, fábrica feminilidades e masculinidades hegemônicas. A infância, nesse contexto, é especialmente sensível a esses processos, pois os sujeitos infantis estão em fase de desenvolvimento e constituição identitária e são vulneráveis aos discursos normativos e de expectativas sociais. Ignorar essas dimensões no currículo equivale a delegar sua regulação a práticas conservadoras, que produzem violências para com crianças dissidentes.

No que se refere a gênero e sexualidade, a escola frequentemente opera como espaço de reforço de normas heteronormativas e sexistas. Ainda na infância, as crianças são direcionadas a comportamentos distintos, sendo estimulados ou reprimidos conforme padrões

de feminilidade e masculinidade. Crianças que expressam identidades de gênero ou orientações sexuais dissidentes frequentemente enfrentam silenciamento, exclusão ou correção disciplinar.

Discutir currículo implica compreender que ele não é um território neutro, mas sim um campo de disputas, atravessado por forças políticas, sociais e culturais. Marlucy Alves Paraíso (2016) nos alerta para a “ciranda” entre currículo, gênero, poder e resistência, indicando que o campo curricular tem sido alvo de intensas investidas por parte de grupos reacionários que visam interditar o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas. Tais investidas, muitas vezes materializadas em projetos de lei, são estratégias para controlar os corpos e as subjetividades que fogem da norma heteronormativa e cisgênera.

Paraíso (2016) defende que a resistência não pode se limitar à negação, ao “dizer não”, mas precisa ser também inventiva e propositiva. Inspirando-se em Michel Foucault e Gilles Deleuze, a autora propõe uma resistência como “força inventiva que move e cria possíveis” (Paraíso, 2016, p. 389), capaz de afirmar a vida e desafiar os mecanismos de controle. Assim, o currículo torna-se campo fértil não apenas para a reprodução das normas, mas também para sua contestação.

O currículo é um território incontrolável por mais que tentem regulá-lo com leis e cartilhas, ele escapa. “Em um currículo sempre há espaço para os encontros que escapam ao controle, que resistem e extrapolam ao planejado, que se abrem para a novidade.” (Paraíso, 2016, p. 390). Isso significa que práticas docentes insurgentes, mesmo em meio a contextos adversos, podem fomentar processos de transformação e afirmação da diferença.

Pensar um currículo como diferença, nesse sentido, é também um gesto ético e político. É reconhecer as multiplicidades e recusar os essencialismos. É romper com a lógica identitária que busca estabilizar sujeitos e práticas e, em seu lugar, afirmar a potência do devir, das linhas de fuga, da invenção. Como diz a própria autora, “... resistir é afirmar a vida, apesar de todos os poderes que querem nos ver tristes e lamuriantes” (Paraíso, 2016, p. 394).

A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender de que maneira a construção curricular da Educação Infantil apresenta ou exclui as discussões sobre relações raciais, de gênero e sexualidade. Para isso, a pesquisa busca identificar na estrutura curricular se ela possui um caráter racista ou reproduzor de normas de gênero e sexualidade, além de compreender como os educadores interpretam e aplicam essas orientações em sua prática pedagógica.

Partindo de tais pressupostos a questão norteadora da pesquisa é: Como a estruturação do currículo escolar na Educação Infantil elenca ou exclui discussões das relações de

pertencimento étnico/raciais, de gênero e sexualidade entre as crianças? Essa questão se justifica pela necessidade de compreender os impactos da estrutura curricular na discussão das relações raciais, de gênero e sexualidade na educação infantil e como a escola dependendo da perspectiva traçada pode ser um espaço de resistência ou reprodução do racismo, desigualdade de gênero e estigma quanto a sexualidade, bem como reforçar a concepção de criança como ser assexuado. Para responder a essa questão, optou-se por uma abordagem de pesquisa qualitativa, que se mostra a mais adequada por permitir a compreensão dos significados atribuídos pelas crianças às suas vivências escolares e sociais.

DESENHO METODOLÓGICO

Partindo da epistemologia da sociologia da infância, esse deslocamento epistemológico impacta profundamente o campo metodológico. Como Marchi (2018) aponta, a construção de uma metodologia que dialogue com a Sociologia da Infância exige a superação de práticas que silenciam as vozes infantis, abrindo espaço para a escuta e para o reconhecimento das múltiplas formas de expressão das crianças. Nesse sentido não se trata de “dar voz”, como se a voz das crianças fosse uma concessão feita pelos adultos, mas de reconhecer que elas sempre tiveram voz, a diferença é que, historicamente, essa voz não foi ouvida, legitimada ou registrada nas pesquisas.

A construção de uma metodologia de pesquisa com crianças, fundamentada nos pressupostos da Sociologia da Infância, demanda um olhar crítico e reflexivo sobre as formas tradicionais de produção de conhecimento na área da Educação. A Sociologia da Infância, como destacam Abramowicz e Oliveira (2010), emerge como um campo teórico-metodológico que rompe com a perspectiva adultocêntrica que historicamente definiu as crianças como seres passivos e incompletos, desprovidos de agência social. Dessa forma optou-se por desenvolver essa pesquisa com elas a fim de compreendê-las e ouvi-las nessa etapa da educação infantil, para que elas não se apresentam nesta pesquisa na condição de apenas um objeto de estudo, mas como interlocutoras da investigação, em coerência com o princípio de escuta e participação ativa e com a intencionalidade de romper com essa verticalidade, de cima para baixo, e tecendo esse estudo com elas.

A partir dessa perspectiva, essa pesquisa é de natureza qualitativa, tornando-se, portanto, a mais adequada, por permitir compreender os sentidos atribuídos pelas crianças às suas vivências escolares, sociais e culturais. Minayo (2001) destaca a amplitude de

significados que possibilita aprofundamento nos dados, não se visa uma quantidade, mas o aprofundamento que pode ser dado nas pesquisas dessa natureza. Essa natureza de pesquisa toma forma na apresentação de dados, em que é possível perceber a amplitude de uma temática e seus variados resultados.

O tipo de pesquisa a ser desenvolvido possui uma inspiração na pesquisa do tipo etnográfico, tendo em vista que esse tipo de pesquisa requer um aprofundamento da pesquisadora no ambiente a ser pesquisado, no qual necessita de um longo tempo para o desenvolvimento, exploração, aproximação e convívio com as participantes e o espaço a qual estão inseridas, o ambiente escolar “(Nas técnicas etnográficas existe o princípio da interação constante entre o pesquisador e o objeto pesquisado...)” (André, 1995, p.28). Embora uma pesquisa de mestrado apresenta limitações quanto ao tempo necessário para a realização de uma etnografia, diante dessa limitação utiliza- se apenas da inspiração e de seus aspectos.

Para a coleta de dados, serão utilizadas as técnicas de observação participante como forma de interação no ambiente estudado, o diário de bordo para registrar aspectos importantes do ambiente de pesquisa, conforme os objetivos do estudo, além de desenhos e áudios das crianças. As participantes serão crianças do grupo 05 da Educação Infantil de uma escola pública no município Feira de Santana/Bahia localizada em um bairro periférico.

A pesquisa será submetida à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Feira de Santana, respeitando todas as diretrizes éticas e legais para pesquisas envolvendo seres humanos, especialmente crianças. A autorização será obtida junto à direção da escola e às famílias das crianças participantes. O direito de uso das imagens e áudios será assegurado por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelos responsáveis legais, garantindo o anonimato e a confidencialidade de todas as informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância desta temática insere-se no contexto das pesquisas educacionais que visam a investigação do currículo. Ao apresentar a presente temática, intenciona refletir sobre a estrutura do currículo na educação infantil, contribuindo para a construção de ambientes educacionais acolhedores para com as crianças.

Palavras Chaves: Educação Infantil, Currículo, Gênero, Sexualidade, Sociologia da Infância.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F. de. **A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção.** Educação (UFSM), Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 39-52, jan./abr. 2010.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar.** Campinas, SP: Papirus, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis, Vozes.1987
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 64^a ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. 2017. 253 p.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação-Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ. 6 edição, Vozes, 1997.
- MARCHI, Rita de Cássia. **Pesquisa Etnográfica com Crianças: participação, voz e ética.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 727-746, abr./jun. 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. **A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência.** Currículo sem fronteiras, v. 16, n. 3, p. 388-415, 2016.
- PROUT, Alan; JAMES, Allison. **A New Paradigm for the Sociology of Childhood? Provenance, Promise and Problems.** In: JAMES, Alan; PROUT, Allison (Org.). Constructing and Reconstructing Childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood. London: Falmer Press, 1990.